

CASTOR INTERNATIONAL

o Plano de Participação Acionária do Grupo VINCI

Oferta 2013

SUPLEMENTO LOCAL PARA O BRASIL

Você foi convidado a investir em ações no Castor International, o Plano de Participação Acionária do Grupo VINCI. Este documento contém os termos e condições específicas para o seu país, e complementa os documentos do Plano (regras do Plano Internacional de Participação Acionária do grupo VINCI e regulamentos do FCPE), a Brochura Informativa e o Formulário de Subscrição. Este documento também contém um resumo das consequências fiscais previstos para o seu investimento. Por favor, note que nem a VINCI nem seu empregador estão fornecendo, e não irão fornecer a você, qualquer conselho pessoal, financeiro ou fiscal em relação a esta oferta.

Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de tomar sua decisão de investimento.

Informações sobre valores mobiliários

A oferta de ações da VINCI não será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As ações da VINCI não podem ser oferecidas ou vendidas no Brasil, exceto em circunstâncias que não constituem uma oferta ou distribuição pública nos termos das leis e regulamentos brasileiros.

Controle de Câmbio

Seu empregador pode realizar, em nome de todos os empregados participantes da Oferta, a remessa dos valores relativos ao pagamento do preço de subscrição. Tal remessa será efetuada através do fechamento de uma operação de câmbio realizada em seu nome e, para tanto, os seguintes documentos e informações deverão ser apresentados ao seu empregador (ou por ele produzidos, conforme o caso) para que ele os entregue à instituição financeira responsável pela operação de câmbio:

- (i) relação contendo seu nome e seu número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF"), destacando o montante remetido ou a ser remetido em seu nome, conforme o caso;
- (ii) autorização concedida por você ao seu empregador para que este efetue as remessas em seu nome;
- (iii) documentação que comprove a legalidade da oferta (como comunicações e outros documentos distribuídos aos empregados). Esta documentação será providenciada pela empresa; e
- (iv) a apresentação de outros documentos que venham a ser exigidos pela Instituição Financeira encarregada da remessa dos valores ao exterior.

Note que, embora a exigência de obtenção de uma Certidão Negativa de Débito do empregado e da empresa não seja mais uma obrigação, as instituições financeiras locais ainda podem exigir tal certificado, a fim de fechar a referida operação de câmbio.

Além disso, observe que, como a documentação exigida pela instituição financeira para o fechamento da operação de câmbio fica a critério exclusivo da mesma, tal documentação deve ser verificada antes da contratação da operação.

Eventos de Resgate Antecipado

Nesta oferta, seu investimento permanecerá indisponível (ou "bloqueado") por um período de 3 (três) anos, exceto em determinados eventos em que você poderá solicitar o resgate antecipado das suas unidades do FCPE nos termos do Plano:

- (i) Seu casamento (*)
- (ii) Nascimento ou adoção de uma terceira criança (ou mais) (*)
- (iii) Sua separação ou divórcio, quando houver decisão judicial determinando que a guarda de pelo menos uma das crianças seja do empregado em questão (*)
- (iv) Término do contrato de trabalho
- (v) Utilização dos valores investidos para fins de constituição de determinados negócios (*)
- (vi) Utilização dos valores investidos para fins de aquisição ou reforma para ampliação estrutural da casa própria (*)
- (vii) Endividamento excessivo, conforme definido pela lei francesa
- (viii) Invalidez do empregado, cônjuge ou filhos
- (ix) Morte do empregado ou de seu cônjuge

Observe que, para eventos (*), o pedido de resgate antecipado deve ser apresentado no prazo de até seis meses após o evento.

Esses eventos de resgate antecipado foram definidos pelo Plano de Participação Acionária do Grupo VINCI em referência à lei francesa e devem ser interpretados e aplicados de acordo com a lei francesa. Você não deve concluir que um evento resgate antecipado está disponível a menos que você tenha descrito o seu caso específico para o seu empregador e seu empregador tenha confirmado que se aplica à sua situação, mediante a apresentação por você da documentação necessária.

Note que, exceto no caso de morte ou invalidez do empregado, o resgate antecipado de seu investimento resultará na perda dos direitos dos empregados às Ações Bônus.

Informações Fiscais

Este resumo estabelece os princípios gerais que se espera que se apliquem aos empregados que são residentes no Brasil para efeitos de aplicação da legislação tributária brasileira e do tratado entre França e Brasil com o objetivo de evitar a bitributação, datado de 10 de setembro de 1971 (o "Tratado"). As consequências fiscais listadas abaixo estão descritas conforme o Tratado, a legislação tributária brasileira e algumas leis tributárias e práticas francesas. Estes princípios e leis podem mudar ao longo do tempo. Os empregados também devem levar em consideração a sua situação pessoal.

Para uma assessoria definitiva, os empregados devem consultar seus próprios consultores fiscais quanto às consequências tributárias da subscrição de ações VINCI. Este resumo é fornecido apenas para fins informativos e não deve ser considerado como completo ou conclusivo.

I. Impostos aplicáveis em relação à subscrição das ações através do FCPE

As ações subscritas com a sua contribuição pessoal ficarão detidas no *Fonds commun de placement d'entreprise* CASTOR INTERNATIONAL, um fundo de participação coletiva de empregados regido pela lei francesa (o "FCPE"). Seu investimento será referenciado por unidades do FCPE, que você irá deter. A subscrição de ações será feita através do FCPE CASTOR INTERNATIONAL RELAIS 2013, que será posteriormente incorporado pelo FCPE.

A. Tributação na França

Você não estará sujeito a impostos ou encargos fiscais na França no momento da subscrição e do resgate das suas unidades do FCPE. Desde que o seu investimento seja detido através do FCPE, você não estará sujeito a tributos e encargos fiscais na França em relação a quaisquer dividendos pagos pela VINCI e reinvestidos pelo FCPE.

B. Tributação no Brasil

Nenhum imposto ou encargo social incidirá no Brasil e a subscrição de ações através do FCPE não é um evento tributável nos termos da legislação brasileira. Assim, você não estará sujeito a impostos ou encargos sociais na subscrição de unidades do FCPE ou na subscrição pelo FCPE, em seu nome, das ações da VINCI.

Impostos e/ou encargos sociais aplicáveis sobre os dividendos recebidos pelo FCPE

Você não está sujeito a impostos ou encargos sociais com relação aos dividendos reinvestidos no FCPE.

Impostos e/ou encargos sociais que podem ser aplicáveis no que diz respeito ao empréstimo oferecido pelo meu empregador para subscrição de ações da VINCI

Você não estará sujeito a tributação ou encargos sociais com relação ao empréstimo a ser pago através de deduções salariais em três parcelas mensais.

Impostos ou encargo sociais aplicáveis no momento do resgate das unidades do FCPE

Resgate das suas unidades do FCPE em dinheiro:

Como um empregado brasileiro que detém ações ou unidades fora do Brasil, você terá seus ganhos de capital auferidos no exterior tributados à alíquota de 15%.

Essa tributação é final, o que significa que não será levada em consideração no cálculo do rendimento ao final do ano. No entanto, a legislação tributária prevê a isenção de imposto para ganhos auferidos na alienação de "outro tipo de ativos" (incluindo as unidades do FCPE, bem como quaisquer outros tipos de ativos detidos no exterior) com relação a operações cujo preço de venda/resgate global seja igual ou inferior a R\$ 35.000,00 em um determinado mês.

Caso você escolha por resgatar suas unidades do FCPE por dinheiro e se o limite acima mencionado for ultrapassado, o ganho de capital auferido estará sujeito à tributação pelo imposto de renda à alíquota de 15%.

O cálculo do rendimento tributável é feito em Reais. Portanto, qualquer variação do Euro contra o Real representará ganho ou perda, conforme o caso.

Se o referido limite não for ultrapassado, não haverá nenhum imposto a ser pago.

O imposto, se houver, deverá ser pago pelo beneficiário do ganho de capital até o último dia útil do mês subsequente ao do recebimento, ainda que o ganho de capital não tenha sido repatriado ao Brasil, bastando apenas que o mesmo já esteja à disposição de seu beneficiário no Brasil ou no exterior.

Nenhum encargo social é aplicável.

Resgate das suas unidades do FCPE em ações da VINCI:

Caso você escolha resgatar suas unidades do FCPE por ações, você será tributado em estágio posterior, quando vender tais ações. Da mesma forma como descrito acima, a legislação tributária prevê a isenção de imposto para ganhos auferidos na alienação de ações detidas no exterior com relação a operações cujo preço de venda/resgate global seja igual ou inferior a R\$ 35.000,00 em um determinado mês.

Se o limite acima mencionado for ultrapassado, o ganho de capital auferido estará sujeito à tributação pelo imposto de renda à alíquota de 15%.

O cálculo do rendimento tributável é feito em Reais. Portanto, qualquer variação do Euro contra o Real representará ganho ou perda, conforme o caso.

Se o referido limite não for ultrapassado, não haverá nenhum imposto a ser pago.

O imposto, se houver, deverá ser pago por você de capital até o último dia útil do mês subsequente ao do recebimento, ainda que o ganho de capital não tenha sido repatriado ao Brasil, bastando apenas que o mesmo já esteja à disposição de seu beneficiário no Brasil ou no exterior.

Nenhum encargo social é aplicável.

II. Impostos aplicáveis em relação às Ações Bônus concedidas pela VINCI

Além de sua subscrição, a VINCI concederá a você o direito de receber ações de graça ("Ações Bônus"), sujeito à satisfação de certas condições estabelecidas no Plano Internacional de Participação Acionária do grupo VINCI e resumidos na Brochura Informativa. Sujeito a todas as condições de serem cumpridas, essas ações serão entregues no FCPE ao final do período de aquisição em 2016, ou antes, no caso de morte ou invalidez. No entanto, você também terá a possibilidade de optar por deter as suas ações sob a forma nominativa, em uma conta de ações em seu nome.

A. Tributação na França

Você não estará sujeito a impostos ou encargos fiscais na França com relação à concessão, entrega ou venda das ações da VINCI concedidas a título gratuito. A tributação dos dividendos recebidos relativamente às ações da VINCI depois de serem estas entregues dependerá da sua decisão de manter as Ações Bônus no FCPE, ou detê-las diretamente (veja abaixo).

B. Tributação no Brasil

Impostos e/ou encargos sociais aplicáveis no momento da concessão, pela VINCI, do direito de receber Ações Bônus

Nenhum imposto e/ou encargo social são devidos sobre a concessão do direito de receber Ações Bônus da VINCI.

Impostos e/ou encargos sociais aplicáveis no momento da entrega das Ações Bônus

Quando as Ações Bônus são entregues no FCPE e o FCPE, como resultado de tais Ações Bônus entregues, emite e entrega novas unidades a você, você estará sujeito ao imposto de renda calculado sobre um montante tributável que deverá ser igual ao valor de mercado das ações da VINCI na data da entrega.

Tal imposto deve ser apurado e calculado por você sobre as Ações Bônus e deverá ser pago até o último dia útil do mês posterior ao mês da data da entrega.

O imposto de renda no momento da entrega será calculado e pago por você para a Receita Federal do Brasil, usando a tabela de imposto progressivo, que classifica intervalos de 0% a 27,5%. A alíquota de imposto de renda pessoal é dividida em faixas como segue:

Faixa / Mês	Alíquota	Crédito Tributário
Até R\$ 1.637,11	0%	---
Acima de R\$ 1.637,11 até R\$ 2.453,50	7,5%	R\$ 122,78
Acima de R\$ 2.453,50 até R\$ 3.271,38	15%	R\$ 306,80
Acima de R\$ 3.271,38 até R\$ 4.087,65	22,5%	R\$ 552,15
Acima de R\$ 4.087,65	27,5%	R\$ 756,53

Este imposto, no entanto, não é definitivo e pode ser compensado com qualquer outra perda ordinária sofrida por você, já que o montante correspondente das Ações Bônus recebidas por você será parte da sua declaração anual de imposto de renda.

A aquisição de ações deve ser informada na sua declaração anual de imposto de renda. Os indivíduos devem apresentar suas declarações de imposto de renda anuais até 30 de abril do ano-calendário subsequente, na qual entre outras informações, você deve declarar: (i) as ações adquiridas ao longo do ano, e (ii) o ganho de capital e o montante do imposto pago, em caso as ações serem vendidas.

Com relação aos encargos sociais, como a legislação não é clara e não há precedente judicial no que diz respeito à concessão de ações gratuitas para empregados brasileiros por entidades estrangeiras com participação acionária direta ou indireta na subsidiária local, as autoridades fiscais podem exigir ao seu empregador que sujeito a entrega das ações gratuitas ao pagamento de encargos sociais como se segue:

Contribuição Salarial	Imposto
Até R\$ 1.174,86	8%
Acima de R\$ 1.174,87 até R\$ 1.958,10	9%
Acima de R\$ 1.958,11 até R\$ 3.916,20	11%
Teto de pagamento	R\$ 430,78

Portanto, você também vai estar sujeito a encargos sociais no Brasil sobre o mesmo valor que será retido pelo seu empregador do seu salário. Você poderá ter que transmitir ao seu empregador uma verificação se o valor do seu salário não for suficiente.

A mesma tributação se aplica no caso de você decidir deter as Ações Bônus na forma direta.

Nenhuma tributação adicional será aplicável se você vender suas Ações Bônus no momento da entrega, desde que não haja diferença entre o preço de venda de tais Ações Bônus e o preço de mercado das Ações Bônus no momento da entrega.

Impostos e/ou encargos sociais aplicáveis sobre os dividendos que podem ser distribuídos a você após a entrega das Ações Bônus

Caso você decida manter as suas Ações Bônus no FCPE, os dividendos serão reinvestidos no FCPE. Nenhuma tributação será aplicável.

Se você decidir manter suas Ações Bônus na forma direta, os dividendos, caso sejam pagos, estarão sujeitos a um imposto retido na fonte na França (à taxa de 30% ou uma taxa reduzida de acordo com o Tratado se você cumprir com determinadas formalidades de arquivamento). No Brasil, os dividendos, se houver, pagos/creditados diretamente a você estarão sujeitos ao imposto de renda à taxas que variam de 0% para 27,5%, independentemente de tais rendimentos terem sido repatriados para o Brasil ou não.

Tal imposto deve ser apurado e calculado por você e pago até o último dia útil do mês posterior ao mês de recebimento de dividendos, devendo estar incluído na sua declaração anual de imposto de renda.

Este imposto, no entanto, não é definitivo e pode ser compensado com qualquer outra perda ordinária sofrida por você. Devido ao Tratado, qualquer imposto de renda pago na França, com relação a dividendos recebidos por você, é totalmente creditável contra o imposto de renda brasileiro, até o montante do imposto de renda brasileiro aplicável.

Você deve procurar aconselhamento adicional sobre a tributação de dividendos no devido tempo, se você estiver considerando optar pela detenção direta das Ações Bônus.

Impostos e/ou encargos sociais aplicáveis quando as Ações Bônus forem resgatadas

Você, como um empregado brasileiro que detém ações ou unidades fora do Brasil terá seus ganhos de capital auferidos no exterior tributados à alíquota de 15%.

Essa tributação é final, o que significa que não será levada em consideração no cálculo do rendimento ao final do ano. No entanto, a legislação tributária prevê a isenção de imposto para ganhos auferidos na alienação de "outro tipo de ativos" (incluindo as unidades do FCPE, bem como quaisquer outros tipos de ativos detidos no exterior) com relação a operações cujo preço de venda/resgate global seja igual ou inferior a R\$ 35.000,00 em um determinado mês.

Caso você escolha resgatar suas unidades do FCPE por dinheiro e se o limite acima mencionado for ultrapassado, o ganho de capital auferido estará sujeito à tributação pelo imposto de renda à alíquota de 15%.

O cálculo do rendimento tributável é feito em Reais. Portanto, qualquer variação do Euro contra o Real representará ganho ou perda, conforme o caso.

Se o referido limite não for ultrapassado, não haverá nenhum imposto a ser pago.

O imposto, se houver, deverá ser pago por você de capital até o último dia útil do mês subsequente ao do recebimento, ainda que o ganho de capital não tenha sido repatriado ao Brasil, bastando apenas que o mesmo já esteja à disposição de seu beneficiário no Brasil ou no exterior.

O mesmo se aplica para o ganho de capital no momento da venda das Ações Bônus se você decidir por manter as Ações Bônus na forma direta.

Nenhum encargo social é aplicável.

III. Suas obrigações de declaração com relação às ações detidas no FCPE e as Ações Bônus

Em relação às obrigações de comunicação no que diz respeito às unidades do FCPE e Ações Bônus no que diz respeito à subscrição, manutenção e venda, bem como quanto ao recebimento de dividendos, se for o caso, é importante notar que toda vez que um contribuinte residente no Brasil adquira bens ou direitos no exterior, como ações de empresas ou unidades de fundos, o preço de compra e tipo de bens ou direitos devem ser informados à Receita Federal do Brasil. Tais informações devem ser apresentadas na declaração anual de imposto de renda, no campo próprio designado por "declaração de bens e direitos", que deve ser apresentado a cada ano.

O preço de aquisição dos bens a ser informado à Receita Federal do Brasil corresponderá ao montante efetivamente pago pelo investidor para adquiri-los, o que significa que o preço de subscrição das unidades deve ser o valor VINCI em reais pagos na subscrição das unidades. No caso de recebimento de unidades adicionais como resultado do reinvestimento de dividendos em novas ações da VINCI, o preço de compra de tais unidades adicionais deve ser informado na declaração anual de imposto de renda como zero.

Além disso, caso o valor de seus investimentos em unidades de FCPE ou ações da VINCI forem superiores a US\$ 100.000,00 (ou o equivalente em Reais), isso deverá ser declarado anualmente ao Banco Central do Brasil, em conformidade com os procedimentos descritos periodicamente pelo Banco Central do Brasil.